

Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos e Chagas

Diretora do Arquivo Distrital de Braga, Licenciada em História.

Paula Maria Faria Lamego

Técnica Superiora - 2ª classe de Arquivo, Licenciada em Ciências Históricas.

Paula Sofia da Costa Fernandes

Técnica Superiora - 2ª classe de Arquivo, Licenciada em Ciências Históricas.

A contribuição do Arquivo Distrital de Braga para a história do Brasil colonial

Cidade arquiépiscopal da província do Minho, sede de concelho e capital do distrito, Braga dista cerca de 53 km do Porto e estende-se pelos limites dos contrafortes das altas serranias do Gerês que fazem fronteira com a vizinha Galiza (Espanha).

É, pois, nesta cidade, com cerca de dois mil e trezentos anos de existência, metrópole da primeira província eclesiástica Primaz das Espanhas, em competência com Toledo, e onde a história nacional começou, que se encontra um dos principais arquivos portugueses — o Arquivo Distrital de Braga.

Detentor de inúmeros e valiosos documentos, dos séculos VI ao XIX, oriundos



da Mesa Arcebispal, do cabido e sébracarenses, este Arquivo Distrital e os repertórios arquivísticos que o constituem são fundamentais para o estudo da história da Igreja, como também do país e de sua evolução política, econômica e social.

Integram, ainda, este Arquivo outros importantes fundos documentais, de que destacamos: os Cartórios Paroquiais e Notariais do distrito; um importante fundo monástico-conventual; os documentos da Câmara Eclesiástica, com os processos de inquirições de *Genere et Vita et Moribus*; a Casa do Auditório e Relação Eclesiástica e o arquivo particular e diplomático do conde da Barca.

O conhecimento das fontes de Portugal

medieval e moderno passa, pois, pela consulta ao Arquivo Distrital de Braga. A sua importância é indiscutível, resultante da responsabilidade que lhe cabe como fiel depositário de peças dignas de pertencerem à *memória do mundo*.

O material reunido encontra-se agrupado nos seguintes fundos arquivísticos: fundo Família Araújo Azevedo, subfundos Antônio de Araújo Azevedo, conde da Barca e João Antônio de Araújo Azevedo; fundo monástico-conventual, a Congregação de S. Bento de Portugal e os Franciscanos (província da Conceição); documentos e livros constantes da Coleção dos Manuscritos e, de interesse ou relativos à emigração, os fundos Governo Civil de Braga e Registro Paroquial.

Como nota final, resta acrescentar que, através deste pequeno guia documental, se pretende chamar a atenção para os aspectos mais significativos daquelas seções e contribuir para a divulgação das fontes arquivísticas.

FUNDO FAMÍLIA ARAÚJO AZEVEDO

O acervo documental que constitui este fundo está atualmente em fase de tratamento, não sendo possível a sua consulta, mas acredita-se que no final deste ano esta situação esteja ultrapassada.

Trata-se de um arquivo de família, na qual se destacam dois membros: Antônio de Araújo Azevedo, conde da Barca e ministro de d. João VI e João Antônio de Araújo Azevedo, seu irmão.

Este núcleo documental possui grande número de documentos fundamentais para a história do Brasil, desde a segunda metade do século XVIII até pouco depois de 1817, ano do falecimento do conde.

SUBFUNDO ANTÔNIO DE ARAÚJO AZEVEDO, CONDE DA BARCA

Antônio de Araújo Azevedo nasceu em Ponte de Lima, em 14 de Maio de 1754, e morreu no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1817.

Cedo ingressou na vida pública, e nos meios mais cultos fez amizades com o abade Correia da Serra e o duque de Lafões, que o iria encaminhar para, entre outras, a carreira diplomática.

Em 1787, iniciou sua atividade diplomática na corte de Haia como embaixador extraordinário. Dois anos mais tarde, viajou pela Alemanha, onde estudou ciências e literatura alemã com os homens mais notáveis da época, sendo transferido, em 1801, para a corte de S. Petersburgo, onde permaneceu por três anos.

Em 1804, detinha a Pasta dos Estrangeiros e da Guerra, e dois anos depois já exercia funções no Ministério do Reino.

Em 1807, embarcou para o Brasil levando consigo a sua preciosa livreria - que depois legou à Biblioteca Nacional -, uma tipografia completa, a primeira regular que houve no Brasil, uma riquíssima co-

leção mineralógica e uma coleção de instrumentos para o estudo da química.

No Brasil, desenvolveu uma série de atividades que só poderiam ser levadas a cabo por um homem do seu calibre e com a larga experiência adquirida nas viagens e contatos feitos em vários países que percorreu.

Em 1814, foi novamente chamado à atividade política, sendo nomeado ministro da Marinha, e pôde então expandir a sua ânsia de aplicar frutuosamente os seus conhecimentos científicos. Em sua casa instalou um alambique de sistema escocês; na capitania do Espírito Santo um engenho de serrar madeira; encorajou a manufatura de cerâmicas; propagou a cultura de chá no Jardim Botânico do Rio de

Janeiro, mandando vir chineses para cuidar do plantio e cultura; chamou portuenses e madeirenses para que ensinassem o cultivo da vinha e fabrico de vinhos; aperfeiçoou a extração de óleo de urucu; estabeleceu uma Imprensa Régia e fundou, entre várias sociedades prestimosas, a Academia de Belas Artes, para a qual mandou vir da França professores de grande mérito, ali escolhidos, por ordem sua, pelo marquês de Marialva.

Faleceu em 1817 e foi sepultado na igreja de S. Francisco de Paula, no Rio de Janeiro.

Devido à sua grande importância e por ter vivido cerca de dez anos no Brasil, o conde da Barca deixou um arquivo com inúmeros documentos fundamentais para a história deste país e que permanecem até



Sala do Arcaz - estantaria do séc. XVIII - Arquivo Distrital de Braga.

hoje praticamente inéditos.

São os seguintes alguns dos documentos de seu arquivo:

- Açúcar: estudos sobre plantações e engenhos [séc. XIX];
- Ânua ou anais da província do Brasil dos dois anos de 1624 e de 1625. E sucessos respectivos às casas que por esse tempo conservavam naquele Estado os extintos jesuítas [séc. XVIII] (cota: Ms.704);¹
- Botânica: memórias científicas, espécies vegetais do sertão brasileiro, bosques dos Ilhéus, construção do Jardim Botânico [séc. XIX];
- Comércio com e para o Brasil; Companhia do Grão-Pará e Maranhão; contrato do pau-brasil; contrato de diamantes; tratado do comércio com a Inglaterra e as suas influências para a economia brasileira [séc. XVIII-XIX];
- Correspondência recebida

Remetentes:

- ARAÚJO, Luís Manuel de - Capitania do Maranhão - 2.4.1809;
- AZAMBUJA, João Frederico Torlade Pereira de - Marinha - 17.2.1816;
- BARROS, José Caetano de - Laboratório químico do Rio de Janeiro - séc. XIX;
- BRITO, d. Marcos de Noronha e, conde dos Arcos - Capitania da Bahia de Todos os Santos - 21.5.1812 - 29.9.1814;
- BROTERO, Felix de Avelar - Botânica -

18.2.1812 - 15.7.1817;

- BULHÕES, Luís Justo de - Pernambuco - 12.1.1815;
- CÂMARA, Manuel Ferreira - Mineralogia no Tijuco - 24.4.1811 - 12.5.1817;
- CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo - Escravatura - 13.11.1815 - 19.4.1816;
- CARVALHO, Vicente Venceslau Gomes de - Mineralogia - séc. XIX;
- CASTELO BRANCO, Pedro Gomes Ferrão de - Estabelecimento de uma livraria pública na Bahia - 29.7.1811 - 7.9.1813;
- CÉSAR, José Pedro - Estradas de Porto Alegre - 20.1.1817 - 1.3.1817;
- COHN, Leão - Comércio do Rio de Janeiro - 1.2.1815;
- CONDE DE MOUSTIER - Organização do Brasil - 6.12.1810-17.12.1810;
- CUNHA, José Marcelino da - Porto Seguro - 3.2.1813 - 12.11.1814;
- ESCHEWEGE, barão de - Mineralogia e metalurgia - 19.9.1811 - 1.12.1816;
- FRASER, Charles - Agricultura e escravidão - 22.6.1811;
- LASSO, Elias Batista Pereira de Araújo - Revolução Pernambucana - 3.2.1813 - 2.6.1817;
- LISBOA, Baltazar da Silva - Rio de Janeiro e Brasil em termos gerais - 7.3.1808 - 23.11.1814;
- LOBATO, Luís Antônio de Oliveira Men-

- des Dias - Rio de Janeiro e Brasil em termos gerais - ? 1814 - 2.3.1817;
- NOBRE, Francisco Inácio de Siqueira - Pau-brasil - 1808;
- PEREIRA, José Rebelo de Sousa - Capitania do Ceará - 2.1.1814;
- PINA LEITÃO, Antônio José Osório de - Revolução Pernambucana - 16.2.1813 - 17.3.1817;
- PONTES, Felisberto Caldeira Brant - Sublevação de negros e Revolução Pernambucana - 13.1.1811 - 23.3.1817;
- RATTON, Jácome - Agricultura, comércio e indústria - 1.3.1806 - 13.4.1817;
- REIS, Ambrósio Joaquim dos - Agricultura, comércio e ensino no Brasil - 24.7.1810 - 5.12.1816;
- SAMPAIO, Manuel Inácio de - Governador do Ceará - Governo da capitania do Ceará; Revolta dos eclesiásticos - 25.2.1812 - 8.12.1815;
- SERRA, abade José Correia da - Ascendência do Brasil a Reino - 11.12.1801 - 18.7.1816;
- SILVA, Antônio Pires da - Sertão brasileiro - 13.8.1816;
- SILVA, Teotônio José da - Companhias gerais - 30.4.1814 - 1.1.1817;
- SILVEIRA, Miguel de Arriaga Brum da - Processo de envio de chineses para o Brasil - 29.6.1810 - 22.4.1812;
- SOTTOMAYOR, Inácio de Sá - Plantações e ouro - 16.8.1811-21.5.1817;

- VARNHAGEN, Frederico Luís Guilherme - Capitania de S. Paulo - 20.7.1814 - 2.3.1817;
- WOODFORD, E. H. - Clima, flores e plantaço em S. Paulo - 2.11.1811 - 11.4.1816;
- Descrições geográficas, topográficas e econômicas de uma grande parte do território brasileiro, nomeadamente Mato Grosso, Maldonado, Rio da Prata; Ilha de Santa Catarina, Porto Seguro, Rio Grande de S. Pedro do Sul, Minas Gerais, Rio Giquitinhonha [séc. XVIII e XIX];
- Discurso sobre a execução do tratado de limites por Alexandre de Gusmão (cota: Ms.617);²
- Documentação sobre a construção do Paço Carioca (1809);
- Duas memórias sobre navegação, uma referente à navegação do rio Doce em 1810 e outra sobre o trânsito marítimo no Rio de Janeiro em 1814;
- Estabelecimento de correios entre capitanias [séc. XIX];
- Exército: despesas, tipo de armamento, questões relacionadas com a defesa militar do território [séc. XVIII e XIX];
- Gestão das fazendas pertencentes ao conde da Barca: aforamento da fazenda do arcediago Antônio de Siqueira, com mais de 400 escravos; a sesmaria da Ponta do Gentio; a fazenda da Estrela; plantações; a vinda de chineses para ensinarem a plantar chá [séc. XIX];

- Itinerários e descrições das expedições no interior do Brasil [séc. XVIII];
- Laboratório químico do Rio de Janeiro, do qual Antônio de Araújo Azevedo tinha sociedade com José Caetano de Barros, e que estava ligado a uma botica [séc. XIX];
- Mapas estatísticos sobre a população de diversas capitanias (1801-1813); mapas, memórias e relações estatísticas sobre a produção, rendimentos e despesas de várias capitanias, entre elas os estudos para o Piauí e a Bahia [séc. XIX];
- Mineralogia: estudos relativos a minas, sua localização, administração e cobrança dos quintos [séc. XVIII e XIX];
- Revolução Pernambucana [séc. XIX];

- Trânsito: problema das ligações terrestres, abertura de estradas e descrição das mesmas [séc. XIX].

SUBFUNDO JOÃO ANTÔNIO DE ARAÚJO AZEVEDO

João Antônio de Araújo Azevedo foi um homem ligado ao direito e às leis. Não se sabe a data do seu nascimento nem de sua morte.

Teria recebido o título de fidalgo da Casa Real em 9 de janeiro de 1781.

Em 14 de outubro de 1793, tomou posse do lugar de juiz de fora do cível ou crime da Vila de Viana, lugar que manterá até 28 de fevereiro de 1799.

Por carta régia de 10 de setembro de 1798, recebeu mercê do lugar de prove-



Fachada da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga.

dor da comarca de Coimbra, ocupando em 1805 o cargo de conselheiro da Real Fazenda e título do Conselho do Rei, cargo este atribuído pelo rei d. João VI.

Foi desembargador efetivo da Relação e Casa do Porto (1805), mas não chegou a exercer o cargo, passando para desembargador ordinário da Real Fazenda, em virtude de ser irmão do conde da Barca, então ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

Teria embarcado para o Brasil após a morte do irmão como seu herdeiro universal.

João Antônio de Araújo Azevedo recolheu, ao longo de sua vida, a mais variada legislação, sendo de referir aquela sobre o Brasil, cujas datas se balizam entre 6 de junho de 1775 e 6 de julho de 1820. Trata-se de documentação impressa e de cópias manuscritas que somam um total de 58 documentos.

- Alvarás, decretos e leis sobre sesmarias, companhias gerais, marinha, exército, impressão régia, impostos, juiz de fora, criação de comarcas e vilas, comércio e administração da justiça.

Para além desta legislação, existem outros documentos igualmente relevantes para o estudo da história do Brasil.

- Administração das fazendas do conde da Barca no Brasil (1817-1818);
- Avaliação das casas do conde da Barca e da sua biblioteca no Rio de Janeiro (1820-1821);
- Plantas que tenho na chácara, seus no-

mes portugueses e os científicos, (18??)

Poderá ser consultado: José V. Capela. "Antônio de Araújo Azevedo e Brasil: a importância do arquivo de Antônio de Araújo Azevedo, conde da Barca, para a história do Brasil no fim do período colonial". In: sep. da *Revista Bracara Augusta*. Braga, s.ed., 1992.

FUNDO MONÁSTICO-CONVENTUAL

Com a extinção das ordens religiosas em 1834, a documentação pertencente aos mosteiros foi inicialmente incorporada à Fazenda do distrito, passando, posteriormente, pelo decreto 2.286, de 11 de agosto de 1917, que criou o Arquivo Distrital de Braga, para os depósitos desta instituição.

FUNDO CONGREGAÇÃO DE S. BENTO DE PORTUGAL

- Documentos diversos relativos à província do Brasil [séculos XVI e XVII] (cota: CSB 37);
- Estados do Mosteiro de Monteserrate no Rio de Janeiro (1620-1793) (cota: CSB 134, 135);
- Estados do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção: cidade de S. Paulo (1726-1792) (cota: CSB 144);
- Estados do Mosteiro de Nossa Senhora das Brotas: recôncavo da Bahia de Todos os Santos (1711-1789) (cota: CSB 141);

- Estados do Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Santos (1650-1792) (cota: CSB 140);
- Estados do Mosteiro de Nossa Senhora de Monserrate de Paraíba: hoje cidade João Pessoa, estado da Paraíba - Brasil (1645-1793) (cota: CSB 141);
- Estados do Mosteiro de S. Bento da Bahia do Brasil (1652-1740); Estados do padre procurador da província beneditina do Brasil (1716-1728); Lista de embarque de açúcar (1764-1766); Conta dos gêneros mandados de Lisboa (1767); Procuradoria do Brasil (1716-1728). (cota: CSB 136);
- Estados do Mosteiro de S. Bento da



Salão do Castelo - Seção Notarial - Arquivo Distrital de Braga.

Bahia do Brasil (1764-1800) (cota: CSB 137);

- Estados do Mosteiro de S. Bento de Olinda em Pernambuco (1657-1756, 1769-1799) (cota: CSB 138, 139);
- Estados dos mosteiros beneditinos no interior de S. Paulo [Paranaíba, Jundiá, Sorocaba] (1736-1789) (cota: CSB 145);
- Inquirições de *gênere, vita et moribus* de pretendentes ao hábito de S. Bento para a província do Brasil [século XVIII] (cota: CSB 50-56);
- Sindicacões da província do Brasil (1724-1761, 1764-1800) (cota: CSB 321, 322).

Poderá ser consultado:

Antônio de Sousa Araújo e Armando B. Malheiro da Silva, *Inventário do fundo monástico-coventual*, Braga: Arquivo Distrital de Braga-Universidade do Minho, 1985.

FUNDO FRANCISCANOS (PROVÍNCIA DA CONCEIÇÃO)

- Patente para inquirições de noviços da província da Imaculada Conceição do Reino de Portugal e estado de Maranhão [séc. XVIII] (cota: Ms. 9).⁵

Coleção de Manuscritos

- Antídoto. Dissertação escrita e recitada por José Lopes Ferreira na Academia dos Renascidos Baienses, no dia 23 de outubro de 1759. 1759 (cota: Ms. 872-j);

- Apontamentos de flora brasileira e de plantas que para ali foram levadas. 1816 (cota: Ms. 84);
- Apontamentos de história natural [século XIX] (cota: Ms. 886);
- Carta de brasão das armas passada pela rainha d. Maria II a favor de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz e governador da capitania do Espírito Santo no Brasil. 1798 (cota: Ms. 1006);
- Carta de Gonçalo Xavier de Alcaçova a d. Vicente de Sousa [século XVIII], [fls.174-177v.] (cota: Ms. 640-u);
- Carta régia de d. José I para o marquês de Lavradio, capitão-general de mar e terra do Estado do Brasil, para que reprima a vadiagem existente no Brasil. 1792 (cota: Ms. 895-6);
- Coleção de autógrafos inéditos do célebre médico português Ribeiro Sanches [século XVIII] (cota: Ms. 640);
- Diário que fez o exmo. sr. d. fr. Caetano Brandão, arcebispo e senhor de Braga primaz quando era bispo no Pará em os Estados do Brasil. [século XVIII] (cota: Ms. 330);
- Dos diamantes - sétima inspeção ou dedução compendiosa dos contratos da mineração dos diamantes... [século XVIII] (cota: Ms. 757);
- Ensaio da física vegetal dos bosques dos Ilhéus [século XIX] (cota: Ms. 577);
- *Enumeratio stispium Brasiliensium*

- quarum semina collegimus at que ad limaeantum sistema digestas sintimus secundum classes, Ordines, Genera, Species et varietatis.* 1806 (cota: Ms. 652);
- História e geografia brasileiras [14 fls. s/num. (15-39)] (cota: Ms. 231-a);
- Instituição da Companhia Geral para o Estado do Brasil [fls. 265-299] [século XVIII] (cota: Ms. 872-1);
- Jornada do sr. d. João VI ao Brasil em 1807 [século XIX] (cota: Ms. 1117);
- Lavouras e sobre a Fábrica do Tabaco no Brasil [século XVIII] [fls. 172-173 v.] (cota: Ms. 640-t);
- Memória sobre as minas da capitania de Minas Gerais, suas descrições, ensaios e domicílio próprio à maneira de itinerário, com um apêndice. 1801 (cota: Ms. 620);
- Miscelânea de assuntos de caráter místico, de moral, de geografia, sentenças e adágios, de história e várias outras notícias [século XVIII] (cota: Ms. 231);
- Notícia da tomada da praça da Nova Colônia do Sacramento situada nos domínios d'el-rei de Portugal no país da América. 1762 (cota: Ms. 507-10);
- Notícias do Brasil. 1787 (cota: Ms. 90);
- Novo método de fazer o açúcar ou reforma geral dos engenhos do Brasil em utilidade particular e pública [século XVIII] (cota: Ms. 503);

- Pastoral de dom frei Antônio do Deserto, bispo do Rio de Janeiro. 1760 (cota: Ms.895-28);
- Pauta composta pelo ensaiador da Casa da Moeda da Bahia, Clemente Álvares de Aguiar. 1783 (cota: Ms. 82);
- Regimento do fiscal de diamantes em 1772. [1772] (cota: Ms. 946-10);
- Representação que ao fidelíssimo e augusto senhor rei d. João o quinto fez Alexandre de Gusmão, expondo-lhe os importantes e relevantes serviços, que pelo discurso de muitos anos fez à Coroa, rogando-lhe a mais correspondente e justa remuneração [século XVIII] [fls. 32-83] (cota: Ms. 617-b);
- Resposta que deu Alexandre de Gusmão, conselheiro do Conselho Ultramarino sobre a representação antecedente, feita a el-rei d. José I, pelo brigadeiro, ex-governador da Colônia do Sacramento [fls. 126 v-151 v]. 1751 (cota: Ms. 520-f);
- Treslado fiel de uma carta enviada por S. S. o papa Clemente VI ao amado filho Lopo Furtado, general da armada de Portugal, conde do Rio Grande. 1717 (cota: Ms. 100-n).

FUNDO GOVERNO CIVIL DE BRAGA



Governo Civil é um órgão de administração distrital que surgiu em Portugal em 1835, apesar das suas origens remontarem aos séculos XIII-XIV.

A história desta instituição reflete os

acontecimentos e as transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas ao longo do século XIX. A concessão de atribuições e poderes ao governador civil dependia do regime que vigorasse, mais ou menos favorável à centralização administrativa.

No entanto, algo de constante permaneceu inerente à figura deste magistrado, que foi o fato de representar o governo e de ser o elo de ligação entre o poder central, que o nomeava, e o poder local que supervisionava, administrava e tutelava.

Durante todo o século XIX e início do XX, apesar do Brasil já se ter libertado do domínio português, a emigração de portugueses para a ex-colônia não diminuiu, pelo contrário, cresceu à medida que vivava o século. Tal fato levou a um aumento da produção de documentos relacionados à emigração - como, por exemplo, a concessão de passaportes, autorização de ausência para o estrangeiro etc. -, que era, e é, da competência do Governo Civil.

Esta documentação revela-se de grande interesse quer para o estudo da demografia portuguesa e brasileira e de movimentos populacionais, quer para estudos genealógicos, nomeadamente de famílias brasileiras de origem portuguesa. As séries referentes ao tema são as seguintes:

- Autos de consentimento a menores para embarcar para o Brasil [1930];
- Guias de pedidos para concessão de

passaportes [1890-1924];

- Pedidos de visto de passaportes [1926];
- Processos para concessão de passaportes [1958, 1962];
- Registro de passaportes [1866-1987];
- Requerimentos de passaportes [1919-1929].

Estas mesmas séries poderão ainda ser consultadas no Arquivo do Governo Civil, mediante autorização especial.

FUNDO REGISTRO PAROQUIAL

O distrito de Braga está subdividido administrativamente em 13 concelhos, que estão por sua vez subdivididos num total de 443 freguesias.

O Registro Paroquial é constituído pelos livros paroquiais (freguesias) em que foram lavrados os assentos de batismo, casamento e óbito, feitos pelos párocos das freguesias. Além desta função específica, os livros paroquiais serviram também de registro dos rois de confessados e crismados, dos testamentos, dos bens de alma, dos inventários das igrejas e outros assuntos de interesse local.

Os primeiros assentos paroquiais (de casamento) datam dos finais do século XV e foram elaborados no seguimento das recomendações feitas em 9 de junho de 1462 por d. Afonso Nogueira, arcebispo de Lisboa, no capítulo de visitação à sua diocese.

No século seguinte, a Constituição de Lisboa de 1536 veio determinar a realiza-



Salão Medieval Superior - Seção Notarial - Arquivo Distrital de Braga.

ção dos assentos de batismo e óbito. No entanto, só depois da 24ª sessão do Concílio de Trento (1563), cujas decisões foram confirmadas pela bula *Benedictus Deus* (1564), mandada executar em Portugal a 5 de setembro do mesmo ano, por alvará do rei d. Sebastião, os registros de batismo e casamento assumem caráter obrigatório.

Após a implementação da República, e a partir de 1º de abril de 1911, os livros paroquiais foram entregues por imposição legal às repartições do Registro Civil - criado em 18 de fevereiro do mesmo ano -, onde permaneceram até à sua incorporação nos arquivos distritais, resultado da aplicação do decreto n. 1.630, de 9 de julho de 1915.

O fundo documental encontra-se totalmente microfilmado. Poderá ser consultado o "Inventário Coletivo dos Registros Paroquiais". [Lisboa], Secretariado de Estado da Cultura, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Inventário do Patrimônio Cultural Móvel, 1994, vol. 2.

Concelho de Amares

(24 freguesias)

R. B. [1552-1879]

R. C. [1565-1885]

R. O. [1566-1880]

R. T. [1721-1911]

Concelho de Barcelos

(94 freguesias)

R. B. [1536-1882]

R. C. [1531-1883]

R. O. [1536-1883]

R. T. [1694]

Concelho de Braga

(58 freguesias)

R. B. [1531-1891]

R. C. [1526-1890]

R. O. [1540-1890]

R. T. [1715-1866]

Concelho de Cabeceiras de Basto

(17 freguesias)

R. B. [1555-1850]

R. C. [1515-1843]

R. O. [1577-1850]

R. T. [1722-1807]

Concelho de Celorico de Basto

(22 freguesias)

R. B. [1567-1890]

R. C. [1568-1890]

R. O. [1565-1890]

R. T. [1719-1864]

Concelho de Esposende

(15 freguesias)

R. B. [1564-1860]

R. C. [1581-1867]

R. O. [1562-1882]

R. T. [1718-1859]

Concelho de Fafe

(36 freguesias)

R. B. [1571-1878]

R. C. [1565-1896]

R. O. [1565-1872]

R. T. [1732-1861]

Concelho de Póvoa de Lanhoso

(29 freguesias)

R. B. [1536-1876]

R. C. [1543-1876]

R. O. [1556-1877]

R. T. [1637-1855]

Concelho de Terras do Bouro

(17 freguesias)

R. B. [1543-1860]

R. C. [1550-1871]

R. O. [1550-1876]

R. T. [1726-1807]

Concelho de Vieira do Minho

(20 freguesias)

R. B. [1538-1885]

R. C. [1537-1882]

R. O. [1543-1885]

R. T. [1658, 1719-1845]

Concelho de Vila Nova de Famalicão

(51 freguesias)

R. B. [1570-1883]

R. C. [1569-1883]

R. O. [1572-1883]

R. T. [1634-1834]

Concelho de Vila Verde

(60 freguesias)

R. B. [1536-1888]

R. C. [1556-1894]

R. O. [1558-1888]

R. T. [1670-1881]

Siglas usadas:

R. B.- Registros de batismo

R. C.- Registros de casamento

R. O.- Registros de óbito

R. T.- Registros de testamento

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

Telefone (053) 612234 • Universidade do Minho • TeleFax 053-616936

e-mail: adb@uminho.pt • URL: <http://www.adb.pt>

N O T A S

1. No início deste século, no Arquivo Distrital de Braga, foi constituída uma Coleção de Manuscritos, ainda hoje existente, sobre a forma de catálogo. Contudo, alguns dos documentos aí incluídos pertencem, em princípio, ao fundo Família Araújo Azevedo. Assim, foi estipulado que essa ordem não seria alterada, ficando esses documentos depositados no rol dos manuscritos onde se encontram há muitos anos, mas intelectualmente ligados ao fundo a que pertencem.
2. O mesmo da nota anterior.
3. Na Coleção dos Manuscritos, atrás referida, foram também incluídos documentos provenientes de mosteiros e conventos, que fisicamente se mantêm aí, mas arquivisticamente são remetidos para o seu contexto orgânico.

A B S T R A C T

Braga's District Archives possess an extremely rich collection of documents, highly important for research in many areas of the historical sciences. This work endeavours to describe the articles of these archives which are of interest to the Brazilian history.

R É S U M É

Les Archives du District de Braga conservent un très riche patrimoine en documents, remarquablement intéressant pour la recherche dans plusieurs domaines des sciences historiques. Dans ce travail nous présentons ces fonds d'archives qui ont un intérêt pour l'histoire du Brésil.